

TERMO DE REFERÊNCIA nº 2026.0205.00061-0

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE RELATÓRIO AMBIENTAL SIMPLIFICADO (RAS) PARA SUBSIDIAR A EMISSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA (LAS) PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE TRIAGEM DE ANIMAIS SILVESTRES (CETAS) LOCALIZADO EM SERRA, ESPÍRITO SANTO.

Setor: Superintendência do Ibama do Estado do Espírito Santo (Supes/ES)

5 de fevereiro de 2026

1. Objetivo

Contratação de serviços de consultoria pessoa jurídica realização de Relatório Ambiental Simplificado (RAS), de forma a subsidiar tecnicamente e legalmente emissão de Licença Ambiental Simplificada (LAS), atendendo às exigências do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) para a implantação da obra de construção do Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas) em Serra, Espírito Santo.

2. Antecedentes e Contexto

O desastre ambiental resultante do rompimento da barragem de Fundão, ocorrido no ano de 2015, ocasionou diversos danos socioambientais que afetaram gravemente a região a jusante do barramento. Nessa ocasião, foram liberados um elevado volume de rejeitos de mineração no Rio Doce, atingindo os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Os impactos, diretos e indiretos, repercutiram de forma intensa e persistente, tanto nas comunidades locais quanto no ambiente natural.

Com a destruição da paisagem local, as espécies de fauna sobreviventes tornam-se, muitas vezes, incapazes de perpetuar seu ciclo de vida e de garantir a sua continuidade localmente. Consequentemente, necessitam, com frequência, serem resgatadas, acolhidas e reabilitadas, a fim de possibilitar o retorno ao habitat natural. Cabe ressaltar que a bacia hidrográfica do Rio Doce se encontra inserida, em sua maior parte, no bioma Mata Atlântica, considerada um importante refúgio para a biodiversidade. Além disso, a degradação severa de habitats em extensa região, fez com que que animais silvestres tivessem que se deslocar para outros ambientes na tentativa de sobreviver. Esse deslocamento repentino de animais pode comprometer a sobrevivência de espécies da fauna e da flora nas regiões de destino, sendo plausível considerar a ocorrência de impactos em cadeia que se estendam para áreas muito além daquelas diretamente atingidas pelo desastre.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), como órgão executor do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), e no exercício de suas competências

legais e regimentais, dispõe de estruturas de Cetas nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, bem como em outras unidades da Federação, centros esses que exercem papel fundamental na defesa da biodiversidade faunística brasileira, por meio da consecução de atividades de recepção, identificação, marcação, triagem, avaliação, recuperação, reabilitação e destinação de milhares de animais silvestres todos os anos.

Considerando os pontos acima elencados, destaca-se a importância de se contar com uma rede de CETAS (Rede CETAS) bem estruturada, com condições de atuar adequadamente no sentido de proteger também a fauna impactada pelo desastre. Ainda, a construção e reforma dos Cetas dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo é fundamental para a restauração ecológica da região afetada.

Nesse contexto, o Projeto Reabilita Rede Cetas tem como objetivo geral a reestruturação dos Cetas localizados nos estados do Espírito Santo e Minas Gerais e subsequente apoio a Rede Cetas assim como ações de Educação Ambiental. O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) foi o parceiro selecionado pela Fundação Renova para a execução de estratégia financeira e implementação das ações remanescentes, diante do seu reconhecimento nacional e internacional na gestão de recursos e ações visando à construção e à manutenção de Cetas, atuando em cooperação com o próprio Ibama e o Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima (MMA) em diversos projetos.

Prioritariamente, as atividades deste Projeto serão realizadas em quatro Cetas, sendo três em Minas Gerais (MG) e um no Espírito Santo (ES). Os Cetas/ES são vinculados ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Dentre eles, o Cetas/ES está localizado no Município de Serra, (20° 7' 44" S de latitude e 40° 18' 28" W de longitude), encontra-se a 27 km de distância da capital do estado do Espírito Santo, Vitória (Figura 1).

Resumidamente, o clima é classificado como Tropical Litorâneo com inverno seco, pouco acentuado, com precipitação pluviométrica média de 1.200 mm/ano (INCAPER, 2019). A área localiza-se no município da Serra, mesorregião central do Espírito Santo, e está totalmente inserida no Bioma Mata Atlântica.

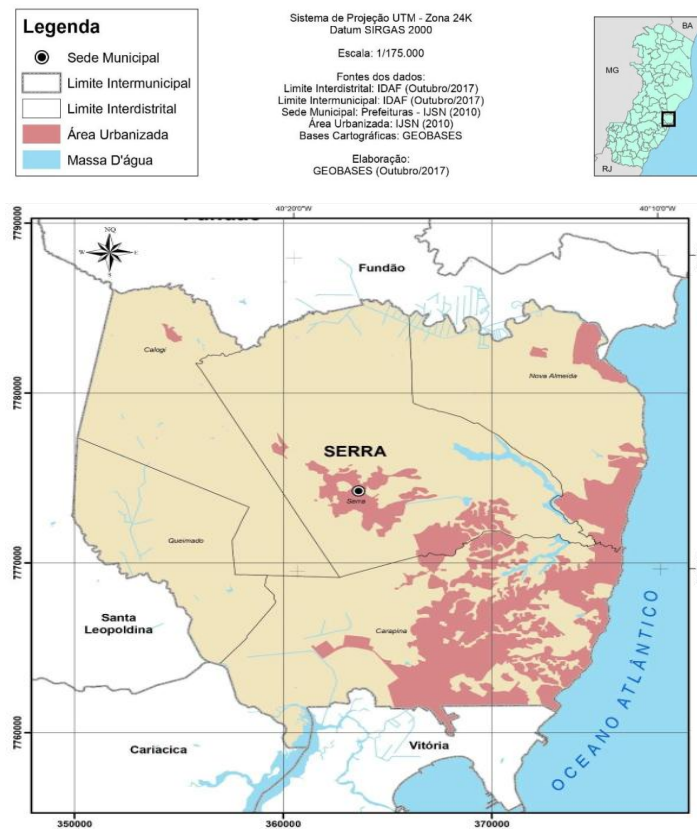


Figura 1 - Município da Serra-ES
Fonte– Geobases (2020)

O Cetas/ES será implantado na R. Dourados, s/n, Bairro Barcelona, no município da Serra – ES, tendo como referência o ponto de coordenadas referenciadas ao sistema UTM - DATUM SIRGAS 2000, 24 S, altitude ortométrica de Imbituba-SC.



Figura 2 - Local de futura implantação Cetas/ES
Fonte– Google Earth

Os objetivos do Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres - Cetas-ES são:

- Recepcionar, identificar, triar, oferecer atendimento veterinário, reabilitar, destinar, soltar e monitorar animais silvestres do Estado do Espírito Santo, sejam eles apreendidos ou resgatados pelos órgãos oficiais de fiscalização e controle da fauna silvestre (IEMA, Ibama, SEMMAM's, Polícia Ambiental, Bombeiros, etc.); ou ainda provenientes de entrega voluntária pela população capixaba;
- Oferecer atendimento e reabilitação a animais silvestres encontrados debilitados e acidentados pela população em geral, podendo ainda prestar serviço de atendimento e reabilitação a animais silvestres a empresas do estado do Espírito Santo;
- Contribuir para o controle da introdução de espécies exóticas nos ambientes naturais, recebendo e destinando de forma racional os animais silvestres exóticos apreendidos em razão das ações de controle do cativeiro ilegal ou provenientes de capturas em vida livre;
- Realizar pesquisas nas áreas de conservação e reabilitação de animais silvestres;
- Oferecer atendimento aos animais silvestres recepcionados pelas Unidades de Conservação do Estado do Espírito Santo,
- Oferecer capacitação técnica e científica no manejo e reabilitação da fauna silvestre e na conservação de animais silvestres e prevenção de acidentes ambientais que afetam a fauna.

Tem como meta:

- Oferecer atendimento a 100% dos animais silvestres de vida livre encaminhados ao CETAS-ES, vítimas de acidentes que forem resgatados pelos órgãos ambientais, serviços de resgate ou cidadãos;
- Oferecer atendimento a 100% dos animais silvestres nativos e exóticos encaminhados ao CETAS-ES e oriundos de ações de fiscalização no estado ES;
- Ter capacidade anual de recebimento de no mínimo 10.000 animais.

Tabela 1 – Índices Urbanísticos

AMBIENTE	ÁREA CONSTRUÍDA
Área do Terreno	17.632,50m ²
Área Construída das Edificações Geral (contorno)	3.703,17m ²
Área Construída Geral (coberturas)	4.310,19m ²
Coeficiente de Aproveitamento (C.A.)	PENDENTE
Taxa de Ocupação (T.O.)	PENDENTE
Área Permeável	7.722,39m ²
Taxa de Permeabilidade	PENDENTE

3. Escopo do trabalho, Atividades e Produtos

O serviço inclui a produção de um Relatório Ambiental Simplificado (RAS), acompanhado dos planos associados (Plano de Controle Ambiental – PCA e Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS), levantamento da vegetação com georreferenciamento e apoio à solicitação de Autorização de Supressão, além do suporte técnico ao beneficiário durante todo o processo de licenciamento junto ao IEMA, incluindo o atendimento a exigências e diligências, conforme previsto na legislação vigente e nas diretrizes do órgão ambiental estadual.

A legislação vigente deverá ser observada, em especial a Lei Complementar Estadual nº 1073/2023, que estabelece as diretrizes para o licenciamento ambiental no Estado do Espírito Santo, e a Resolução CONAMA nº 237/1997, que dispõe sobre os procedimentos e modalidades de licenciamento ambiental em âmbito nacional. Além disso, todos os produtos deverão estar em conformidade com as normas técnicas e diretrizes estabelecidas pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), garantindo a adequação metodológica e o atendimento aos requisitos formais exigidos pelo órgão licenciador.

Será realizada reunião entre representantes da Supes/ES, do Cetas/ES e a Contratada, em até 10 dias corridos após a emissão de Ordem de Início (OI) do contrato, para planejamento e detalhe das atividades.

Observação:

No momento atual, o Projeto Executivo da obra encontra-se em fase elaboração e revisão. Dessa maneira, o início das atividades dessa contratação estará condicionado à consolidação mínima do referido projeto, sendo a emissão da ordem de início vinculada à disponibilidade das informações técnicas essenciais.

Produto 1 – Plano de Trabalho

O Plano de Trabalho deverá conter detalhamento da metodologia a ser utilizada, estratégias operacionais, descrição da logística e cronograma de atividade. A contratada deverá indicar o planejamento completo das atividades de campo, incluindo a estimativa e justificativa técnica do número de dias de campo, a equipe envolvida, os métodos de coleta de dados e a vinculação dessas atividades aos produtos previstos neste Termo de Referência. Os dias de campo propostos deverão ser compatíveis com o escopo do diagnóstico ambiental, com as características da área urbana do empreendimento e com os requisitos do processo de licenciamento ambiental junto ao órgão competente. Eventuais ajustes na quantidade ou no cronograma das atividades de campo deverão ser devidamente justificados tecnicamente e submetidos à aprovação prévia da contratante, não implicando, por si só, alteração do valor contratual.

Produto 2 – Relatório Parcial de Diagnóstico Ambiental

Deverá ser realizado o diagnóstico ambiental do meio abiótico e biótico, contendo obrigatoriamente as seguintes informações:

- (a) Levantamento primário das espécies da região, indicando se são raras, endêmicas ou ameaçadas de extinção;
- (b) Fitofisionomia predominante e estágio sucessional (poderá ser utilizado levantamento bibliográfico ou levantamento de campo);
- (c) Inventário das espécies arbóreas e arbustivas, com identificação científica, quantificação, circunferência/diâmetro à altura do peito (DAP), altura estimada, estado fitossanitário e outras informações relevantes;
- (d) Características físicas (clima da região), quando e quanto chove, quais os tipos de solo encontrados, se existem mananciais (como nascentes de rios utilizados no abastecimento público), se está sob algum relevo importante zonas ambientalmente frágeis, etc.). Para o diagnóstico das características físicas da região, poderão ser usados dados secundários.
- (e) Compilado das atividades de campo realizadas, com registro fotográfico.

Produto 3 - Relatório Parcial de Informações Georreferenciadas e Documentais

Deverá ser realizado a sistematização inicial de informações documentais e geográficas de interesse ao licenciamento, contendo obrigatoriamente:

- (a) Arquivos vetoriais nos formatos shapefile, kml e geopackage e arquivos raster (imagens de satélite, DSG, SRTM);
- (b) Mapas temáticos em formato digital (shapefiles, KML, PDF), contendo limites do empreendimento, uso e ocupação do solo, áreas de vegetação a serem suprimidas e eventuais áreas de preservação;
- (c) Compilado das atividades de campo realizadas, com registro fotográfico.

Produto 4 - Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e Planos Associados

Deverá ser entregue um Relatório Técnico Consolidado, contendo obrigatoriamente:

- (a) Descrição do empreendimento, diagnóstico ambiental, avaliação de impactos ambientais potenciais, proteção de medidas mitigadoras, compensatórias e de controle;
- (b) Análise completa dos dados coletados, incluindo recomendações técnicas;
- (c) Tabelas, mapas temáticos e registro fotográfico georreferenciado;
- (d) A versão digital deverá ser entregue em PDF, com arquivos complementares em formatos compatíveis (DWG, shapefile, etc.), conforme exigências do órgão licenciador.

Ainda, deverão ser entregues um Plano de Controle Ambiental (PCA) e um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS).

Produto 5 – Relatório Final de atendimento às exigências

Deverá ser entregue um relatório final com o detalhamento do apoio técnico prestado ao beneficiário durante o processo de licenciamento junto ao IEMA, incluindo:

- (a) Apoio na solicitação de Autorização Ambiental, com o preenchimento de formulários e submissão dos documentos e em diligências e esclarecimentos;
- (b) Elaboração de relatório técnico de resposta às exigências formais emitidas pelo IEMA.
- (c) Relatório final em versão digital (PDF), contendo histórico das interações, documentos protocolados, justificativas técnicas e evidências de atendimento às exigências.

4. RESULTADOS, PAGAMENTO E CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO

A contratada deverá cumprir as atividades listadas e realizar as atividades descritas, apresentando como resultado os produtos especificados nos prazos relacionados, conforme tabela a seguir:

Nº	Produto	Prazo de entrega (dias a partir da assinatura do contrato)	Prazo de análise de produtos (dias a partir entrega do produto)	% do valor do contrato
1	Plano de trabalho	10	10	0%
2	Relatório Parcial de Diagnóstico Ambiental	25	10	25%
3	Relatório Parcial de Informações Georreferenciadas e Documentais	40	10	25%
4	Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e Planos Associados	55	10	30%
5	Relatório Final de atendimento às exigências	70	10	20%

A supervisão do contrato deverá analisar e aprovar o produto no prazo estabelecido no cronograma para evitar potenciais aditivos ao contrato.

As atividades descritas neste TdR serão desempenhadas no prazo de 70 dias de acordo com o cronograma de entrega dos produtos e o prazo de suas aprovações.

Serão deduzidos, no ato dos pagamentos os descontos estipulados por lei.

A contratada deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos aprovados para o Funbio, em meio digital (por e-mail, para contratos@funbio.org.br), devidamente aprovados pela Superintendência do Ibama no Espírito Santo (Supes/ES).

O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no Funbio, do produto aprovado, documento de cobrança (quando empresa: nota fiscal/fatura) e do Termo de Recebimento e Aceite - TRA (documento emitido pelo beneficiário, responsável pelo recebimento e aceite, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas, se for o caso).

5. FORMA DE APRESENTAÇÃO

Os produtos previstos deverão ser entregues em formato digital, preferencialmente em arquivos editáveis e em PDF, compatíveis com softwares de geoprocessamento, processamento de texto e

planilhas eletrônicas. Todos os arquivos deverão estar organizados de forma clara e estruturada, permitindo fácil verificação e interpretação.

No caso de mapas, os arquivos devem ser entregues em formato compatível com SIG (shapefile, KMZ ou equivalente) e em PDF.

6. INSUMOS NECESSÁRIOS

A contratada deverá dispor de todos os insumos necessários para o desenvolvimento dos produtos, utilizando seu próprio acervo técnico e material.

No trabalho de campo, a contratada deverá dispor de equipamentos de medição e georreferenciamento, como GPS, bússolas, fitas métricas e dispositivos móveis para registro de dados, bem como materiais de apoio como pranchetas, etiquetas e utensílios básicos. Transporte, alimentação e hospedagem em campo, quando necessários, também deverão ser previstos na proposta.

Caberá ao Ibama, na condição de beneficiário desta contratação, o fornecimento de toda a documentação necessária ao desenvolvimento das atividades e será responsável pelas autorizações para acesso a áreas específicas.

7- QUALIFICAÇÃO

A instituição deverá possuir experiência de pelo menos 2 (dois) anos na área de consultoria ambiental, com atuação em projetos de licenciamento ambiental e elaboração de estudos técnicos.

A equipe técnica da consultoria deverá ser composta por pelo menos dois profissionais, sendo um coordenador técnico e um auxiliar de campo.

Os perfis exigidos são:

Coordenador Técnico Ambiental: Profissional que coordenará técnica e cientificamente os trabalhos e responsabilizar-se-á pela redação final dos documentos. Deve contar, minimamente, com as seguintes qualificações:

- 1) Formação superior em Agronomia, Ciências Biológicas, Ecologia, Engenharia Florestal, Geografia ou áreas afins.
- 2) Experiência profissional, de pelo menos 2 anos, em projetos de licenciamento ambiental, elaboração de estudos técnicos, levantamento florestal, georreferenciamento e geoprocessamento ambiental.

Auxiliar de Campo: Profissional que apoiará o Coordenador Técnico na execução das atividades de campo, especialmente nas etapas de coleta de dados, marcação de pontos georreferenciados e identificação de espécies vegetais. Deve contar, minimamente, com as seguintes qualificações:

- 1) Experiência prática em atividades de campo relacionadas a levantamento ou inventário florestal, manejo de vegetação ou identificação de espécies.
- 2) Conhecimento básico em orientação e navegação em campo, podendo incluir o uso de equipamentos GPS.

Todos os contratados deverão realizar os trabalhos (incluindo as fases de escritório e de campo) para os quais foram designados, sendo vedada a delegação total ou parcial de suas responsabilidades contratuais.

A experiência da empresa será comprovada por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica ou contratos semelhantes, emitidos em favor da licitante, em papel timbrado do emitente, sem rasuras ou entrelinhas.

8. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

O responsável técnico pela análise e aprovação dos produtos entregues pelo contratado para execução do serviço a que se refere este Termo de Referência será a Superintendência do Ibama no Estado de Espírito Santo (Supes/ES), que terá pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas para a execução dos serviços deste termo de referência.

A responsabilidade técnica de todos os produtos entregues é da Contratada, mesmo após o término do contrato. Cabendo à mesma esclarecer e ajustar o projeto no caso de haver esta obrigatoriedade por parte dos órgãos licenciadores da Contratante ou quaisquer outras obrigatoriedades que recaia sobre o projeto, a qualquer tempo.

A análise e aprovação dos produtos entregues pela Contratada para execução do serviço a que se refere esta especificação são de responsabilidade da gestão do Cetas beneficiário, que terão pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas para a execução dos serviços desta especificação.